COMPETIÇÃO EXTERNA E AFIRMAÇÃO NACIONAL

Virgílio de Carvalho

COMPETIÇÃO EXTERNA E AFIRMAÇÃO NACIONAL (*)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Quando a Organização do Seminário decidiu incluir o tema «Competição Externa e Afirmação Nacional» teve decerto em mente que, neste caso, a Empresa é o próprio Portugal. Daí que o modo como o País deve funcionar seria o que interessaria abordar. Ora o funcionamento dum país deve ser reflectido na sua Grande Estratégia Nacional, conjunto de Objectivos Nacionais Permanentes, históricos e actuais, que reflectem, muito naturalmente, ambições e preocupações que o caracterizam.

O desenvolvimento do tema deve assim ser entendido como um contributo para a Grande Estratégia Nacional, a qual, obviamente, deverá ser fruto de amplo consenso, para que possa resistir às normais alternâncias do poder político.

2. *O PAPEL DO DESENVOLVIMENTO*

O desenvolvimento é nos dias de hoje via decisiva para a competitividade e para a afirmação externa dos países. A recente evolução da URSS, passando a dar prioridade ao desenvolvimento e à modernização, e à mobilização do factor humano para tornar o país mais competitivo, é certamente o reconhecimento disso. Mas, para que o desenvolvimento consiga tal resultado, é preciso que seja prosseguido por forma racional, avisada e prudente. Isto é, com objectivos bem definidos e entendidos, bem ponderados, e tendo em atenção a segurança, para que, por via dele, não possa acontecer que os países vejam afinal prejudicados importantes valores nacionais como a sua identidade, a sua individualidade, a sua liberdade de acção e o seu poder negocial.

(*) Intervenção no I Seminário «Poupança e Investimento» (Painel «Economia, Que Futuro?»), organizado pela Euro-Expansão e pela Inforbolsa, no Forum Picoas, em Lisboa, em 31 de Outubro de 1987.

3. *A INFLUÊNCIA DO TERRITÓRIO*

As Políticas de desenvolvimento e de segurança adequadas a um país têm necessariamente também a ver com as características da sua base geográfica, porque é nela que se encontram os recursos económicos mais disponíveis e mais seguros, e porque é ela que dita vizinhos, antagonistas ou parceiros mais directos, cooperações e conflitos mais prováveis, e oportunidades. Porque é efectivamente assim, convirá lembrar que:

— Portugal não é apenas o Continente, mas também a Madeira e os Açores, formando os três um conjunto descontínuo cuja importância geoestratégica é do interesse de potências maiores;
— que o Continente está rodeado de Espanha por todos os lados menos pelo do Atlântico;
— que o território espanhol está interposto entre o Continente e o resto da Europa;
— e que os Açores estão declaradamente na esfera de interesse estratégico dos EUA.

*
* *

Historiadores nacionais, dos mais distintos, sustentam ter sido a maritimização de Portugal o que mais terá contribuído para o viabilizar geoeconómica e geopoliticamente. É isso que disse por exemplo Jaime Cortesão, em «Os Factores Democráticos na Formação de Portugal». Para ele, a ocupação da costa, do Condado Portucalense ao Algarve, a organização do País em função marítima, criando o género de vida nacional, é que deram a Portugal a possibilidade de «passar a viver de vida própria». Poderemos a isto acrescentar que, se Portugal não se tivesse já firmado na Madeira e nos Açores, aumentando assim o seu potencial estratégico atlântico ou marítimo, assumindo uma condição geopolítica mais euro-atlântica que ibérica, não poderia ter porventura resistido à reunião de potencial estratégico continental ibérico conseguido pelos Reis Católicos com a unificação do resto da Península em 1492, sob o nome propositadamente abrangente de Espanha.

Daí que, com o propósito de manter Portugal bem diferenciado na Península, principalmente agora com a adesão às CE, pareça dever ser Obejectivo Nacional de Desenvolvimento: fazer da costa do Continente

e das suas regiões portuárias e aeroportuárias, locomotivas de desenvolvimento dele, e também traço de união da estreita faixa litoral Norte-Sul que ele é; e acentuar a coesão do Continente com os arquipélagos da Madeira e Açores. Parece por isso indicado que o Desenvolvimento a prosseguir em Portugal deva ter preocupações de ligação do interior à costa (para evitar uma integração exagerada deste com o interior do país vizinho e, através dele, com a costa espanhola), e preocupações também de maior integração económica e cultural entre Ilhas e Continente. Refira-se a propósito a opinião do Presidente Mitterrand, da França, manifestada há dias num apelo à unidade europeia, para que todas as Nações actuem com a sua soberania e a sua responsabilidade, e em igualdade de condições, na construção da Europa, e que todas as culturas contribuam com a sua herança para esse destino comum. Por isso nada tem de condenável, antes pelo contrário, que Portugal evite o mais que puder relações bilaterais com o país vizinho que esbatam Lisboa ante Madrid, e que, como regra, procure situá-las de preferência no quadro multilateral das CE. As CE são uma boa oportunidade de Desenvolvimento sem prejuízo da Segurança, se interpretadas e aproveitadas como quadro multilateral, como a Irlanda tem feito exactamente para melhor afirmar a sua individualidade relativamente à Inglaterra.

O caminho da especialização competitiva, coerente com a exploração de potencialidades e com a minoração de vulnerabilidades inerentes à sua dispersa base territorial, e com os recursos naturais nela existentes, por forma a compatibilizar Desenvolvimento com Segurança, é caminho que decerto convirá a Portugal. E isto para poder participar condigna e responsavelmente com a sua personalidade própria e com a sua riqueza e a sua cultura na formação da Europa a que pertence, como é seu dever. Portugal, que abriu os caminhos oceânicos do Mundo, que deram riqueza e poder global à Europa, não pode agora aparecer na formação desta como um mero apêndice da Espanha.

4. *O VALOR GEOECONÓMICO DA COSTA E DO MAR*

Por alguma razão que cerca de 70 por cento da população mundial vive a menos de 50 quilómetros dos litorais, e que estes, duma froma geral, são das áreas mais desenvolvidas do Globo. Foi certamente por saber isso que a China decidiu criar 14 cidades portuárias-industriais para tentar o desenvol-

vimento acelerado que pretende até ao ano 2000, no que está tendo assinalável sucesso. Terá sido também por isso que M. Gorbachev lançou as suas mais importantes mensagens ao Mundo, para anunciar a adesão da URSS à «guerra do Desenvolvimento», nas cidades portuárias de Vladivostok e Murmansk, duas das suas principais portas para os oceanos e para o Mundo. Tal provém, como é sabido, de os transportes marítimos serem os mais económicos e os mais livres de constrangimentos políticos, e de as fronteiras marítimas serem fronteiras desimpedidas com praticamente todos os países. Saliente-se, a propósito, o facto de o Alentejo, precisamente a região menos atlantizada do Continente, ser também a mais pobre.

Uma especialização atlântica ou marítima de Portugal parece dever ser então uma das suas opções adequadas, exequíveis e aceitáveis, não apenas porque promete melhores perspectivas de desenvolvimento, como de acentuação da sua identidade, da sua individualidade, da sua liberdade de acção e do seu poder negocial. Uma opção que, compatibilizando Desenvolvimento com Segurança, convém à afirmação externa do País especial que Portugal é.

5. *A IMPORTÂNCIA DECISIVA DO FACTOR HUMANO*

O mais importante recurso natural dos países, particularmente dos menos dotados quanto a recursos naturais económicos, é o seu elemento humano. Porque é assim, convirá então tomar-se como primeira prioridade duma Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a par da sua esmerada formação profissional (nomeadamente técnica, científica e tecnológica), a informação e a formação dos cidadãos nos domínios moral, cívico, profissional e cultural, sem esquecer neste último aspecto a História, as Relações Internacionais e a Geopolítica. Como se impõe a um País que precisa de competir duramente no plano externo para afirmar a sua individualidade e conquistar influência e mercados, inclusivamente através das suas representações externas, que deverão ser personalizadas, competentes e agressivas. Daqui que o Ensino, mais do que em muitos países, e os estudantes e os professores, devam merecer o maior carinho em Portugal, como acontece nos pequenos países grandes potências tecnológicas e industriais do Pacífico, que tanto admiramos, mas tão pouco imitamos. E convirá ser preocupação paralela à do Ensino a recuperação da instituição familiar, base insubstituível para a formação do carácter e da personalidade dos cidadãos,

nomeadamente quanto ao equilíbrio, à dignidade, à firmeza, ao sentido da responsabilidade e ao apego à sua terra. Escola-Família é um binómio essencial numa Estratégia Nacional de Desenvolvimento, inclusivamente porque a erosão da Família estará na origem de muito insucesso escolar e de muita carência afectiva que levam a desregramentos, a desvios, a excessos e a desperdícios de toda a ordem que amiúde se lamentam. Por isso é que a Portugal decerto muito conviria tentar ser, a par duma potência geoestratégica e científico-tecnológica, uma potência ético-moral. O mínimo que se pode dizer é que Portugal, aliás como qualquer pequena potência com poucos recursos, não tem o direito de desperdiçar o potencial estratégico, intelectual, moral e anímico do seu recurso natural mais importante, que é o humano.

6. *FORMAÇÃO ESTRATÉGICA DE GESTORES E EMPRESÁRIOS*

A circunstância de se estar actualmente num ambiente mundial mais propício à cooperação internacional para o Desenvolvimento, pode dar a alguns a ilusão de que as fronteiras tendem a desmoronar-se, e de que a Economia e a Gestão Empresarial tenderão a prevalecer sobre a Política e a Estratégia. Se tal ilusão existe em Portugal, será então oportuno lembrar que, segundo o general Echevarry, ex-CEME da França, tal poderá ser indício de o «cavalo de Tróia da agressão», para usar a expressão dele, já se ter infiltrado na cidadela lusitana. Além disso, o que de facto se verifica é preocupação da afirmação dos países pela via do Desenvolvimento, pelo que os «novos militares» e novos estrategistas dessa nova «guerra», que são os gestores e os empresários, precisam, além de muito boa preparação técnica específica, de dominar muito bem as matérias atrás referidas como devendo fazer parte da bagagem de todo o Português, até para que possam intervir melhor na definição dos Objectivos e das Estratégias de desenvolvimento nacional. Por outro lado, muito conviria que, como cidadãos responsáveis dum País que deve procurar especialização atlântica ou marítima para melhor compatibilizar Desenvolvimento com Segurança, se familiarizassem também com a importância e as potencialidades do Poder Marítimo, na sua acepção de componente económica e cultural do Poder nacional.

A riqueza dos países não decorre apenas de terem mais ou menos recursos naturais. É uma conquista da inteligência, do engenho, da com-

petência e do gosto pelo risco dos gestores e dos empresários para tirar partido dos recursos e das oportunidades à sua disposição. Mas, em termos de País, a diferença entre o produto da actividade empresarial poder ser uma bênção, ou um desastre, está também em os empresários de hoje terem, ou não, estatura e sentido de Estado. A estatura e sentido de Estado de economistas, gestores e empresários é aliás indispensável para que possam integrar representações externas do País, como convém a Portugal no competitivo Mundo de hoje.

7. *IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA*

O contributo da ciência e da tecnologia para a especialização e para a competitividade da produção e, sobretudo, para a independência e para a afirmação de Portugal, é decerto indispensável. Aliás, esse contributo foi decisivo para o êxito de Portugal como pioneiro das Descobertas que agora se vão comemorar. Por isso, seria altamente conveniente que boa parte das actividades nacionais de ciência e tecnologia se processassem de acordo com uma Estratégia Nacional que vise a preservação da individualidade do País e o reforço do Poder Nacional, tomado este na acepção de resultado de mobilização de potencialidades e de recursos próprios para minorar vulnerabilidades que possam ser exploradas para condicionar a liberdade de acção do País, e para proporcionar a sua afirmação. E, como potencialidades a mobilizar para os efeitos referidos, pareceriam dever merecer prioridade as que possam contribuir para a referida especialização do País, como sejam as da região costeira e dos portos e aeroportos que lhe estão juntos (como locomotivas de desenvolvimento geral), dos transportes marítimos e aéreos, do Turismo atlântico, das pescas, etc., e das actividades de comercialização e de gestão que lhes são próprias. Além destas potencialidades e recursos especializantes, há evidentemente outros importantes recursos a considerar, de que se salientam os pecuários, agrícolas, florestais e minerais. E, quanto a estes últimos, decerto que, numa óptica geoeconómica, importaria assegurar a sua transformação em território nacional, e a sua exportação por portos portugueses, mesmo suportando eventuais custos estratégicos (sempre passíveis de esbatimento com tecnologia adequada), para evitar a sua transformação no estrangeiro e a sua saída por portos não nacionais. Acentue-se a propósito que, se o interior do Continente se desenvolvesse mais em ligação com o interior espanhol

do que com a costa portuguesa, ficaria, como ele, dependente das zonas portuárias-industriais do país vizinho, o que seria um grave erro geopolítico, em termos de preservação da identidade euro-atlântica, da coesão, da individualidade, da liberdade de acção e do poder negocial de Portugal.

No concernente à minoração de vulnerabilidades, salientam-se as dos campos alimentar, energético e da Defesa, por terem especial incidência na liberdade de acção do País. Por isso, muito importaria, por exemplo, desenvolver pescas, piscicultura e pecuária, procurar alternativas energéticas, e fazer com que o País não seja apenas ponto de chegada de oleodutos, mas também ponto de partida de gás e carvão a receber por mar. Quanto à Defesa, decerto que conviria, até para reduzir gastos com ela, e criar postos de trabalho, procurar cooperações diversas, no âmbito da NATO e da UEO, e «Joint ventures» para a produção de armas. Saliente-se o interesse do efeito acelerador da tecnologia da produção de armas para o progresso tecnológico geral.

8. *OBJECTIVOS NACIONAIS PERMANENTES*

Portugal precisa principalmente e urgentemente de recuperar o seu sentido geopolítico e a noção dos seus Objectivos Nacionais Permanentes, e de formular a sua Grande Estratégia Nacional que tem base neles. Pois que ela, funcionando como uma Directiva da Nação às forças políticas e às comunidades científica, tecnológica e empresarial, é uma referência indispensável para se ter bem noção do que há a fazer e do que não se pode aceitar, e para assegurar a consistência e a continuidade de acção da governação, a despeito de alternâncias normais do poder político. Em países que entendem dever racionalizar a sua gestão, funcionam grupos de personalidades reconhecidamente independentes, competentes e patrióticas, para estudarem e proporem Objectivos Nacionais Permanentes ao consenso das forças políticas mais representativas. E, para que os Objectivos Nacionais Permanentes considerados vitais não possam ser ignorados, há países que os inscrevem na própria Constituição. E não só a eles, mas também à composição do Território Nacional, quando as suas particularidades a tal aconselham.

Virgílio de Carvalho
Assessor do IDN